

COMENTÁRIOS AO MANIFESTO CONVIVALISTA¹

Madel Therezinha Luz

Socióloga, Professora Colaboradora.
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.
Universidade Federal Fluminense
E-mail: madelluz@uol.com.br

Introdução

Aleiturado *Manifesto* mobiliza profundamente seu leitor, e em várias dimensões. Apresento neste texto alguns comentários resumidos, relativos a *três pontos do* manifesto que me tocaram e são, do meu ponto de vista, estratégicos para o pensar e o agir convivalista. Não me centrarei nas macro ou micro *estruturas* vigentes, ou nos processos de *ação social* existentes, temas caros ao pensamento sociológico, mas que podem permanecer, muitas vezes, exteriores aos sujeitos envolvidos. Prefiro acentuar, nestas notas sem qualquer pretensão acadêmica, o papel dos modos de agir desses sujeitos, vistos individualmente ou em grupo, isto é, através da *prática* cotidiana das *pessoas*, sob ótica singular ou grupal, seu papel na estagnação, ou, ao contrário, na capacidade de gerar *movimentos transformadores* da situação atual, vista como de impasse para a vida dos seres humanos e do planeta que povoam. Estruturas sociais e, ações sociais coletivas, sempre existiram, e as ações estão em crescimento. Porém, menos que de *coletividades*, interessa falar aqui de *singularidades*: das pessoas.

A pessoa, vista como totalidade singular poli dimensiona no texto, pode aparentar uma tomada de posição fenomenológica, com finalidade de análise hermenêutica, ou existencialista, de um suposto “sujeito”, mas não se trata desta sofisticação filosófica.

Os pontos que desejo sublinhar são: 1 - O papel atual dos seres humanos considerados como pessoas, e suas ações cotidianas, que ratificam a destruição da vida; 2 - O papel dos seres humanos pessoas e seu(s) modo(s) de agir, individual e coletivamente, na deterioração da relação com o *outro*, isto é, na perda da *alteridade* em andamento na sociedade atual, por sua implicação ativa ou permissiva nesta perda; 3 -

A necessária recuperação de uma ética do respeito à pessoa e de acolhimento da alteridade, com pleno envolvimento não apenas da *coletividade*, de *nós todos* humanos, mas de *cada um de nós*, pessoas singulares, nesta tarefa. Acredito que sem a participação de cada *pessoa* na aceitação do outro, acolhido como *nós mesmos*, uma sociedade convivalista não tem condições de se estabelecer.ⁱ (Manifesto Convivalista, p. 23-24)

Em relação à vida: humana, animal, vegetal: biológica, mais geralmente

Todos sabemos, a esta altura da história, que o complexo fenômeno conhecido como *vida*, que envolve seres humanos e as outras espécies, pode se extinguir de um momento para o outro. O futuro anunciado pela ciência chegou. O **Manifesto** (p. 11-16) o deixa claro. Muitas denúncias, da parte de movimentos civis, mais ou menos organizados, agremiações acadêmicas, incluindo renomados cientistas, setores de partidos políticos, sindicatos, e mesmo associações econômicas reunindo empresários de pequeno e médio porte, vem manifestando-se, com frequência, *na mídia física e virtual* sobre este fenômeno, de tal modo que já se pode falar em um “clamor da Terra” contra os múltiplos atentados à vida, frutos da economia mundial atualmente

ⁱ A singularidade da pessoa como totalidade poli-dimensional irreduzível pode parecer uma tomada de posição filosófica, com finalidade de análise hermenêutica, ou existencialista, mas não se trata nestas páginas, de sofisticação filosófica. A pessoa, antes vista na sociologia, e nas ciências sociais em geral, através de lentes metodológicas que a situavam como indivíduo “agente”, “ator”, “membro” de classe (burguês, proletário, etc) ou de organização (partido, sindicato, associação, corporação, etc) não se referia as *pessoas*. Neste texto quero acentuar que quem se move, quem produz movimento na vida social, quem se organiza, são as pessoas, essas singularidades sociais. Certamente fruto de culturas e sociedades distintas, mas unidades irreduzíveis a seus pertencimentos socioculturais.

hegemônica, centrada em capital financeiro especulativo, operando em oligopólio internacional.

No entanto, paradoxalmente infringimos continuamente, agindo como *indivíduos*, as mínimas regras de conservação do planeta, que estão ao nosso alcance preservar. Tomarei como exemplo a água que emana das fontes,ⁱⁱ corre pelos rios e entra através dos canos em nossas torneiras: o precioso líquido é desperdiçado em países como o Brasil de modo inconcebível na vida cotidiana, sobretudo em ambientes urbanos: são portarias de edifícios diariamente lavadas abundantemente com detergentes e água; é o lixo crescente não separado, e plásticos de todos os tipos atirados em rios e riachos, mesmos nos das florestas nem sempre abertos à visitação pública. Os rios brasileiros estão entupidos de sujeira produzida pelas pessoas. O Estado, através da força pública, deve zelar para que leis derivadas de políticas ambientais adequadas à conservação sejam cumpridas, mas não pode tomar nosso lugar nesta conservação.

As pessoas, em nosso país, há séculos considerado “reservatório do planeta”, não se veem como cidadãos responsáveis, seres vivos encarregados de zelar pela vida. Vem-se como simples *indivíduos*, agindo com indiferente incivilidade no ambiente que habitam.

Sabemos todos do debate teórico e político de mais de uma década nos países europeus, sobretudo na França,

ⁱⁱ Desde que comecei a escrever este texto, coincidentemente um conjunto de reportagens em diários de grande circulação, como “O Globo” e – sobretudo - a “Folha de São Paulo” vem acentuando os efeitos desastrosos da rarefação da água no país. Um caderno especial sobre “A crise da água” foi lançado no dia 15/09 deste ano. São fontes naturais que originam rios importantes - como o São Francisco - que seca, é, a questão da Cantareira, etc. Todas essas reportagens apontam para uma severa crise da água no país, já em andamento, com perspectivas pessimistas, se mantida a política hidrográfica.

problematizando o conceito de *cidadania* herdado dos movimentos sociais do século XVIII. Entretanto, nos países ao sul do Equador, com a emergência dos sistemas sócio políticos ditos pós coloniais, estabelecidos, em termos de regime, como Estados Republicanos durante o século XIX (o do Brasil no fim do século), marcados por desigualdade social profunda e historicamente persistente, não se pode falar da existência da *cidadania* como patamar de inserção civilizatória. Falta a esses países, ainda hoje, a tríade de valores que é a marca da República moderna. Não temos asseguradas nem igualdade, nem liberdade, nem fraternidade social. Sequer no plano jurídico, o da lei, da execução das normas, que existem. As normas certamente existem, mas não sua prática. Ou sua prática, quando exercida, beneficia uns poucos.

Uma ordem social e jurídica que reafirma constantemente a desigualdade no todo não dá origem a uma sociedade de sujeitos *voltados para o todo social*, nem sequer consciente de pertencimento a um todo: as pessoas se veem como indivíduos com interesses competitivos, voltados para si mesmos, no nível do viver para sobreviver.

No Rio de Janeiro já se pode afirmar, sem cautela, que a Bahia de Guanabara está reduzida a um charco de dejetos orgânicos e industriais. Um grande mistério encobre a enorme quantidade de dólares investidos na despoluição da Bahia. Entretanto, não há transparência do Estado para a sociedade civil do tanto que já se fez, com que quantias, do que não se fez, e o porquê de tudo. Tampouco há exigência de transparência da sociedade como um todo: *vigilância constante*, face ao poder público, concernindo os temas relativos à preservação do meio ambiente, apesar dos protestos de grupos ambientalistas face a danos causados por desmatamentos, barragens, desvios de rios etc.

Concluindo este item relativo à *vida ambiental*: estou segura que se as *pessoas*,

nós seres humanos que habitamos a Terra, continuarmos a acreditar que somos meros indivíduos isolados, elementos soltos em um ambiente “físico”, *não biológico*, muito menos *sócio psíquico*, e que estamos destinados a consumir e poluir o mundo em que vivemos, não vejo como deter o avanço da destruição da vida, no país e no planeta.

Em relação ao papel dos seres humanos e seus modos de agir face à deterioração da relação com o outro, e a consequente perda da alteridade como referência da vida social.

O convivilismo, como o entendo aqui, supõe, antes de tudo, *consciência e ação responsável de cada ser humano* como defensor ativo do viver no planeta. E não existe uma consciência clara sem uma *prática responsável*. Parodiando o clássico: “a prática é o supremo critério da verdade”. Tanto para os sujeitos individuais *pessoas*, como para as coletividades. E a prática se origina no agir de cada sujeito, de cada pessoa. Como convencer os “indivíduos” atuais de que são pessoas, e como tal, responsáveis pela vida? Aqui há um desafio de mobilização, a meu ver mais que política: mobilização humana, de nós, espécie dominante do planeta. A meu ver, todos os meios de comunicação disponíveis podem e necessitam ser veículos da mobilização de pessoas.

Deste ponto de vista, a questão mais séria, na perda da relação com o outro em curso na sociedade contemporânea é, paradoxalmente, a aceitação de que somos todos originalmente *indivíduos iguais*, como elementos de um conjunto matemático, ou átomos de uma célula, que nos diferenciamos uns dos outros por nossa capacidade maior ou menor (ou mais ou menos cara) de consumir e de produzir dejetos: o descarte de tudo o que consumimos (nosso lixo).

Fundamos hierarquias sociais a partir daí.

Mas a partir deste critério podemos descartar também, como dejetos, outros seres humanos incapazes de consumir como nós. Os iguais entre si - seres humanos - são os que podem consumir no mesmo estilo, ou na mesma quantidade, ou com a mesma qualidade, os produtos indicados pelo sistema produtivo como desejáveis. Embora os produtos sejam indefinidamente variáveis, estão, a cada momento, disponíveis na sociedade para aquisição pelos indivíduos, de acordo com sua capacidade de consumo. Este indivíduo, identificável pela marca do produto que consome, não se constitui necessariamente como *peessoa*. No limite, identificando-se com as *griffes* de seus produtos (seu carro, sua casa, sua camisa, sua comida, seja ela *gourmet* ou *fastfood*) ele não tem uma identidade de si mesmo como *sujeito*, não tem um *si mesmo de sujeito*, uma “mesmidade”. Como reconhecerá a complexa **alteridade**, nesse caso? Ele se vê, ou se imagina, um ser bidimensional, uma imagem filmada, ou uma foto digital retocada. O “aparecimento” virtual dos sujeitos nas redes sociais ratifica essa percepção de si.

A noção de *peessoa* supõe, a meu ver, pelo contrário, uma poli-dimensionalidade em que se imbricam, em conexão histórico cultural complexa: uma estrutura singular biopsicoemocional, **base original** de integração no mundo social, diferenciada através de instituições estratégicas como família, escola em todos os níveis, igrejas ou religiões as mais diversas, pertencimentos, classes sociais, etno grupos etc. A *peessoa* é esta singularidade ativa, fruto de complexos metabolismos da diversidade das formas psicossociais historicamente existentes. Mas esta singularidade irreduzível à neutralidade “bidimensional” do indivíduo/ espécie é a riqueza maior da humanidade. Dessa singularidade, que se une, por laços estáveis diversos, a outras singularidades,

nasce a cultura, e do desenvolvimento histórico da cultura, com a presença constante de variados graus de conflitos, resulta o que chamamos civilização. Certamente há muitas culturas, e várias civilizações, mas isto acentua o que desejo sublinhar aqui, isto é, que na origem das culturas e das civilizações estão as *peessoas*, está esta irreduzível singularidade do ser pessoal, pluridimensional, ao mesmo tempo produto e produtor de diferenças e similaridades sociais, que as disciplinas “psi” costumam denominar *sujeito*, sublinhando a subjetividade deste ser singular, sua “mesmidade” fruto de uma história pessoal complexa, e que a sociologia denominou *ator* ou *agente* social, sublinhando a capacidade de interagir deste ser, e sua potência para mudar o ambiente em que vive. Preferimos empregar o termo *peessoa* no texto, sublinhando seu uso instrumental, de capacidade de mobilização e transformação. Pois o que se mobiliza, com qualquer finalidade, são sempre as *peessoas*. Mesmo multidões em ação são *peessoas em movimento*, ainda que os motivos de união comum sejam provisórios, e que uma unidade psicossocial provisória se estabeleça, e com brevidade se desvaneça.

Contrariamente à tendência capitalista contemporânea, de reduzir os seres humanos a indivíduos, considero *urgente e fundamental* recuperar nossa realidade de *peessoas* e de *ação coletiva de peessoas* que dizem não à ordem individualista. Acredito que somente *peessoas* podem reconhecer a *alteridade*, isto é, o outro como *peessoa*, e acolhê-lo, ou confrontá-lo em função de valores divergentes. Em outras palavras, de divergir em relação à ética do viver. Ou a outra(s) moralidade(s) possível(eis) face à hegemônica.

E aqui chegamos ao nosso terceiro e último ponto de comentários:

A necessária recuperação de uma ética de respeito à alteridade, do respeito ao outro como pessoa, e de seu acolhimento, independente de situação social, política, racial, etc.

Aparentemente é uma tarefa social complexa, mas realizável, bastando para isto boa vontade, disposição e civilidade. Afinal, inúmeros movimentos sociais para superação do racismo, do sexismo, da discriminação ética, entre outros, estão constantemente na mídia física e virtual fazendo apelos neste sentido. Campanhas diárias nas redes sociais, movidas por organizações, pessoas jurídicas ou mesmo pessoas singulares, que se agrupam a partir de fatos significativos para reivindicar o respeito desta ou daquela situação vivida por outras pessoas, podem ser vistas no facebook, no twitter, etc.

Mas a volatilidade desses movimentos, sua “provisoriidade”, isto é, o mover-se no instante, como o vento, não cria vínculos estáveis - pelo menos até o momento. Eles não chegam a criar uma ética do respeito e acolhimento à pessoa como condição de preservação da estrutura civilizatória - que creio se degradar rapidamente - no sentido de originar uma outra, mais solidária e mais atenta à alteridade. Uma ordem civilizatória centrada no reconhecimento da realidade do outro como *outra pessoa*, capaz de dialogar - e discordar certamente - e nos ensinar, com a alteridade, a ser mais pessoa, através do diálogo, da discussão, do falar e do ouvir. Pessoas como princípio da organização social, não “estabelecimentos”, as organizações econômicas de produção ou consumo.

Finalizando, acredito que um movimento ético pela restauração das pessoas como sujeito básico da ordem social, e de uma ética do reconhecimento da alteridade, começa necessariamente pela ação das próprias, em sua singularidade,

rejeitando na sua vida cotidiana os valores dominantes do capitalismo: eu, você, meu amigo, meu colega, ou membro da família, não partilhamos e não praticamos o ethos dominante. Por nossa prática na vida diária podemos mostrar que é possível, sim é possível ser e agir de outro(s) modo(s). Sobretudo de modo mais solidário, mais humano, mais pessoal.

Referências

- ¹ *Resenha do Manifesto Convivialista*. São Paulo: Annablume, 2013.